

DOR LOMBAR EM AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS: INFLUÊNCIA DO SEXO, DA IDADE E DO TEMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-130>

Data de submissão: 11/03/2025

Data de publicação: 11/04/2025

Marcela Prado Laughton Millo

Discente Medicina

Centro Universitário FIPMOC

E-mail: marcela.millo@aluno.unifpmoc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8548-0549>

Amanda Amorim Almeida

Discente Medicina

Centro Universitário FIPMOC

E-mail: amandaamorimmedfip@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9952-7779>

Victor Hugo Almeida Prado

Discente Medicina

Centro Universitário FIPMOC

E-mail: victor.prado@aluno.unifpmoc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3338-906X>

Antônio Prates Caldeira

Médico. Doutor em Ciências da Saúde

Centro Universitário FIPMOC

E-mail: antonio.caldeira@unifpmoc.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9990-9083>

RESUMO

Objetivo: avaliar a dor lombar entre Agentes de Combate às Endemias (ACE) e a influência do sexo, idade e tempo de atuação. **Métodos:** Trata-se de estudo transversal, censitário. A coleta de dados foi realizada a partir de questionário sociodemográfico e do *Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire* (JOABPEQ). A comparação entre as categorias utilizou o Teste U de Mann-Whitney, assumindo-se nível de significância de 5%. **Resultados:** Foram avaliados dados de 304 ACE. A prevalência de dor lombar para o grupo foi de 50,0%. Em relação ao sexo, registrou-se diferença significante apenas para o domínio saúde mental, com piores escores para as mulheres. Em relação à idade, foram registradas diferenças significantes para os domínios de vida social e saúde mental, ambos registrando piores escores para as pessoas com menos de 40 anos. Em relação ao tempo de atuação, diferenças significantes foram observadas para os domínios de dor lombar, vida social e saúde mental, com piores escores para aqueles com menos de dois anos de atuação. **Conclusão:** A dor lombar representa uma queixa importante para os ACE, com piores impactos entre as mulheres, profissionais abaixo de 40 anos e com até dois anos de atuação.

Palavras-chave: Dor lombar. Pessoal de Saúde. Agente de Combate às Endemias.

1 INTRODUÇÃO

Os trabalhadores da saúde são frequentemente avaliados em relação a diversos aspectos de suas condições de saúde. Todavia, tais avaliações se restringem, quase sempre, aos profissionais de nível superior, enquanto aqueles de nível técnico são, em certa medida, negligenciados em relação ao desenvolvimento de estudos que avaliam suas condições de trabalho e saúde. Os Agentes de Combate à Endemias (ACE) representam um exemplo bastante emblemático dessa situação. Esses profissionais desempenham papel complementar nas equipes de combate a endemias e zoonoses, são frequentemente ignorados na literatura. Pouco se sabe sobre o perfil desses trabalhadores, responsáveis por vigilância e educação em saúde, seja em relação ao seu processo formativo ou sobre suas práticas de trabalho (EVANGELISTA; FLISCH; PIMENTA, 2017).

De acordo com o artigo 3º da Lei Federal nº 13.595/2018, os ACE têm onze atribuições principais, incluindo a implementação de estratégias de prevenção e controle de doenças em parceria com outras equipes de saúde (BRASIL, 2018). As atribuições elencadas expõem a múltiplos riscos físicos, químicos, biológicos e mecânicos (GUIDA *et al.*, 2012). Especificamente em relação às condições físicas, os ACE desempenham atividades que cursam com movimentos repetitivos, posturas inadequadas por tempo prolongado, esforço físico excessivo e pressão mecânica sobre áreas específicas do corpo (CÂNDIDO; FERREIRA, 2017). Estudo realizado em Belo Horizonte (MG) destacou a percepção de precariedade das condições de trabalho, do sentimento de invisibilidade e da marginalização vivenciada por esses trabalhadores (MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020).

No contexto das consequências de suas atividades, as doenças do sistema osteomuscular surgem como as causas mais comuns de licença médica de até 15 dias, representando aproximadamente 20% de todos os afastamentos relacionados ao trabalho. Esse cenário justifica a necessidade urgente de investigações mais aprofundadas sobre os impactos físicos dessa profissão e suas consequências para a saúde dos trabalhadores, principalmente no que diz respeito às condições musculoesqueléticas (CÂNDIDO; FERREIRA, 2017; MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020).

O rol de atividades dos ACE, em uma jornada árdua de trabalho, cria vulnerabilidades em relação às doenças musculoesqueléticas, especialmente à coluna lombar. A posição da coluna é mantida em uma situação desconfortável por longos períodos, o que gera uma sobrecarga estática sobre a estrutura osteomuscular, implicando em riscos diretos para o desenvolvimento da lombalgia. Longas jornadas de trabalho associadas aos movimentos repetitivos geram limitações ao desempenho das funções laborais, aspecto apontado em outros profissionais da área da saúde (CARGNIN *et al.*, 2019; CHOWDHURY *et al.*, 2023).

Embora a lombalgia seja uma causa comum de dor entre muitos trabalhadores, há poucos estudos que abordam o tema entre os profissionais da saúde, especialmente entre os ACE. Estudos com outros profissionais destacam que variáveis como sexo, tempo de serviço e idade se mostraram associadas à dor lombar (CHOWDHURY *et al.*, 2023; ALMEIDA; FERNANDES, 2022). Pesquisas nessa área podem ser úteis para reduzir o absenteísmo, auxiliar na orientação que esses profissionais fornecem aos usuários, melhorar o autocuidado e gerar dados relevantes para a área da saúde. Esses dados podem subsidiar a elaboração e/ou adaptação de estratégias de intervenção voltadas para essa parcela da população.

Não foram identificados estudos sobre as condições de saúde dos ACE, na região norte de Minas Gerais, uma área de transição entre o Sudeste e o Nordeste do país, com características socioeconômicas precárias e elevada prevalência de doenças infectocontagiosas. Essa situação reforça a importância de estudos locais que investiguem as condições de saúde desses profissionais. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi de avaliar a dor lombar entre os ACE e a influência de fatores como sexo, idade e tempo de atuação profissional.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um projeto ancorado em uma pesquisa maior que avaliou as condições de saúde física e mental dos ACE, caracterizando-se como um estudo de cunho epidemiológico, transversal e analítico. A pesquisa foi realizada em Montes Claros, um município no norte de Minas Gerais. A cidade é o principal polo urbano regional e conta com uma população de aproximadamente 420 mil habitantes.

A população-alvo do estudo foram os ACE que atuavam no município no primeiro semestre de 2024. Os critérios de inclusão para o estudo foram: profissional registrado como Agente de Combate a Endemias no município, de ambos os sexos, em efetivo exercício. Foram excluídos os profissionais que atuavam no município há menos de seis meses e aqueles que já haviam realizado tratamento cirúrgico para dores lombares.

O estudo foi conduzido de forma censitária, com o objetivo de alcançar todos os profissionais do município e, portanto, não houve cálculo amostral. O projeto contou com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde, por meio dos setores de Vigilância em Saúde e do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador (CEREST). A programação da coleta foi realizada em consenso com o município para com liberação dos profissionais em dias e horários alternados para participarem do estudo, o que ocorreu em ambiente seguro e confortável.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário de caracterização sociodemográfica além de instrumento internacionalmente conhecido e já validado no Brasil: o *Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire* (JOABPEQ) (POLETTI *et al.*, 2017). Este instrumento avalia a dor lombar abrangendo cinco domínios principais: dor, função lombar, deambulação, vida social e saúde mental. O intervalo da pontuação para cada domínio varia de zero a 100, sendo que os escores mais elevados revelam melhores condições. As cinco pontuações funcionais devem ser usadas independentemente e os autores advertem que não existe propósito na somatória dos escores de cada domínio. Adicionalmente, existe uma escala visual analógica, com escores variando de zero a 10, sendo que, diferentemente dos demais domínios, valores mais elevados indicam dores mais intensas. Os domínios avaliados incluem o grau de dor nas costas, de dor nos glúteos ou nas pernas e grau de dormência nos glúteos ou nas pernas (POLETTI *et al.*, 2017; TOMINAGA *et al.*, 2018)

Os instrumentos foram aplicados por estudantes de medicina, previamente treinados e acompanhados por três profissionais da enfermagem. Antes da coleta de dados propriamente dita, foi realizado um teste piloto com a participação de agentes comunitários de saúde, permitindo que os estudantes se familiarizassem com o processo de aplicação e ajustassem possíveis falhas nos procedimentos, simulando as condições reais das entrevistas.

Nos dias de coleta de dados, os profissionais foram convidados segundo programação do CEREST e da Secretaria Municipal de Saúde e foram apresentados à pesquisa e ao termo de consentimento livre e esclarecido. Somente após assinatura do termo, houve início da coleta de dados. Para os profissionais de nível superior, foi disponibilizado um questionário para ser autoaplicado, já para os com escolaridade média, foram realizadas entrevistas assistidas utilizando o mesmo instrumento.

Para análise estatística, utilizou-se o software *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS), versão 23.0. Foram realizadas estatísticas descritivas e análises comparativas entre características do grupo, considerando sexo, idade e tempo de atuação como ACE usando um teste U de Mann-Whitney, uma vez que os escores não apresentavam distribuição normal, conforme apurado a partir do Teste de Komogorov-Smirnov. O nível de significância estatística assumido foi de 5% ($p < 0,05$).

Todos os aspectos éticos foram respeitados. Os participantes foram informados sobre o objetivo, os procedimentos e a voluntariedade da participação e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética do Centro Universitário FIPMOC, conforme parecer provado pelo CEP nº 6.580.419.

3 RESULTADOS

Participaram do estudo 304 ACE. Houve registro de apenas uma perda referente a um participante que se recusou a responder o questionário. A maior parte dos respondentes era do sexo masculino (82,2%), estava na faixa etária entre 40 e 59 anos (50,7%), era casada ou vivia em união estável (57,6%) e declarou cor da pele parda (64,5%). A maioria do grupo possuía escolaridade até ensino médio completo (62,8%) e mais de dois anos de atuação com ACE (63,3%) (Tabela 1).

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica de Agentes de Combate à Endemias, Montes Claros (MG), 2024 (N=304)

Parâmetro	(n)	(%)
Sexo		
Masculino	250	82,2
Feminino	54	17,8
Estado civil		
Casado/união estável	175	57,6
Solteiro	98	32,2
Separado/Divorciado	26	8,6
Viúvo	5	1,6
Cor da pele		
Parda	196	64,5
Preta	52	17,1
Branca	48	15,8
Amarela/Indígena	5	1,6
Sem informação	3	1,0
Escolaridade		
Fundamental	27	8,9
Ensino médio	164	53,9
Ensino superior	113	37,2
Faixa etária		
Menor de 40 anos	118	38,8
40-59 anos	154	50,7
60 anos ou mais	32	10,5
Renda familiar		
Até 2 salários	101	32,9
3 a 5 salários	135	44,0
Mais de 5 salários	68	22,1
Tempo de atuação		
Até 2 anos	111	36,7
Mais de 2 anos	193	63,3

A prevalência de dor lombar aferida entre os ACE foi de 50% (n=152). Os escores globais da JOABPEQ revelaram valores de 10,0 a 100,0 para o domínio dor lombar, com mediana de 62,5; valores de 20,8 a 100,0 para o domínio de função lombar, com mediana de 80,0; valores de 15,0 a 100,0 para o domínio de deambulação, com mediana de 80,0; valores de 16,7 a 100,0 para o domínio de vida social, com mediana de 75,0; e valores de 14,3 a 100,0 para o domínio de saúde mental, com mediana de 67,9.

Tabela 2 - Comparação entre médias para os domínios da Escala JOABPEQ, segundo sexo, idade e tempo de atuação para Agentes de Combate às Endemias; Montes Claros (MG); 2024 (N=304).

Variáveis e domínios	Média	Desvio Padrão	p-valor*
Sexo			
<i>Domínio dor lombar</i>			0,284
Masculino	59,85	24,32	
Feminino	63,43	19,96	
<i>Domínio Função Lombar</i>			
Masculino	72,30	14,72	0,812
Feminino	72,45	17,71	
<i>Domínio Deambulação</i>			
Masculino	75,46	17,92	0,533
Feminino	78,70	12,86	
<i>Domínio Vida Social</i>			
Masculino	74,34	19,31	0,178
Feminino	71,45	16,48	
<i>Domínio Saúde Mental</i>			
Masculino	68,57	16,62	<0,001
Feminino	57,34	18,98	
Idade			
<i>Domínio dor lombar</i>			0,730
< 40 anos	60,96	22,70	
≥ 40 anos	60,18	24,23	
<i>Domínio Função Lombar</i>			
< 40 anos	72,07	14,68	0,559
≥ 40 anos	72,49	15,65	
<i>Domínio Deambulação</i>			
< 40 anos	75,72	15,68	0,356
≥ 40 anos	76,24	18,07	
<i>Domínio Vida Social</i>			
< 40 anos	69,42	17,44	<0,001
≥ 40 anos	76,62	19,21	
<i>Domínio Saúde Mental</i>			
< 40 anos	59,74	17,83	<0,001
≥ 40 anos	70,91	15,98	
Tempo de atuação			
<i>Domínio dor lombar</i>			0,047
< 2 anos	64,08	20,58	
≥ 2 anos	58,42	25,02	
<i>Domínio Função Lombar</i>			
< 2 anos	73,64	15,92	0,222
≥ 2 anos	71,57	14,85	
<i>Domínio Deambulação</i>			
< 2 anos	75,72	16,69	0,609
≥ 2 anos	76,22	17,46	
<i>Domínio Vida Social</i>			
< 2 anos	71,70	16,53	0,043
≥ 2 anos	75,05	19,99	
<i>Domínio Saúde Mental</i>			
< 2 anos	59,65	17,95	<0,001
≥ 2 anos	70,56	16,08	

(*) Teste U de Mann-Whitney

A tabela 2 apresenta a comparação entre médias para os domínios da Escala JOABPEQ, segundo sexo, idade e tempo de atuação entre os ACE avaliados. Em relação ao sexo, registrou-se diferença estatisticamente significante apenas para o domínio “saúde mental”, com piores escores para

as mulheres. Em relação à idade, foram registradas diferenças estatisticamente significantes para os domínios de “vida social” e “saúde mental”, ambos registrando piores escores para as pessoas com menos de 40 anos. Pessoas com 40 anos ou mais apresentaram piores escores em relação ao domínio de “dor lombar”.

Já em relação ao tempo de atuação, diferenças estatisticamente significantes foram observadas para os domínios de “dor lombar”, “vida social” e “saúde mental”, com piores escores para os profissionais com menos de dois anos de atuação.

Tabela 3 - Comparação entre as médias para os domínios da Escala Visual Analógica da JOABPEQ, segundo sexo, idade e tempo de atuação para Agentes de Combate às Endemias; Montes Claros (MG); 2024 (N=304).

	Média	Desvio Padrão	p-valor*
Sexo			
<i>Grau de dor nas costas</i>			0,032
Masculino	4,11	3,05	
Feminino	5,13	3,11	
<i>Grau de dor nos glúteos ou nas pernas</i>			
Masculino	4,00	3,17	0,012
Feminino	5,22	3,04	
<i>Grau de dormência nos glúteos ou nas pernas</i>			
Masculino	3,21	3,19	0,785
Feminino	3,11	3,22	
Idade			
<i>Grau de dor nas costas</i>			0,866
< 40 anos	4,32	2,96	
≥ 40 anos	4,27	3,17	
<i>Grau de dor nos glúteos ou nas pernas</i>			
< 40 anos	4,29	2,95	0,713
≥ 40 anos	4,18	3,32	
<i>Grau de dormência nos glúteos ou nas pernas</i>			
< 40 anos	2,89	3,16	0,158
≥ 40 anos	3,38	3,20	
Tempo de atuação			
<i>Grau de dor nas costas</i>			0,923
< 2 anos	4,26	2,92	
≥ 2 anos	4,31	3,18	
<i>Grau de dor nos glúteos ou nas pernas</i>			
< 2 anos	4,53	3,04	0,174
≥ 2 anos	4,04	3,24	
<i>Grau de dormência nos glúteos ou nas pernas</i>			
< 2 anos	2,89	3,21	0,146
≥ 2 anos	3,36	3,18	

(*) Teste U de Mann-Whitney

A Tabela 3 apresenta os resultados da comparação entre as médias para os domínios da Escala Visual Analógica da JOABPEQ, segundo sexo, idade e tempo de atuação. Para a avaliação segundo o sexo, registrou-se diferença estatisticamente significativa para o grau de dor nas costas e para o grau de dor nos glúteos ou nas pernas, com piores escores para o sexo feminino. Não foram registradas outras diferenças estatisticamente significantes em relação às demais características avaliadas.

As análises revelaram que existem diferenças significativas no grau de dor nas costas e no grau de dor nos glúteos ou pernas entre os sexos, com as mulheres relatando níveis mais elevados de dor em ambas as categorias. Não houve diferença significativa em relação ao grau de dormência nos glúteos ou nas pernas.

4 DISCUSSÃO

O presente estudo avaliou a dor lombar entre os ACE, uma categoria profissional pouco explorada entre os trabalhadores da saúde. A percepção de riscos ocupacionais para esses profissionais é, muitas vezes, restrita ao contato com produtos químicos (GUIDA *et al.*, 2012; CÂNDIDO; FERREIRA, 2017) ou à falta de cuidados específicos para a proteção durante as atividades de trabalho (CÂNDIDO; FERREIRA, 2017; MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020; DONATELI *et al.*, 2019). Não foram identificados trabalhos que abordassem especificamente os aspectos ergonômicos do trabalho do ACE, ainda que um manual do Ministério da Saúde trate da questão de forma particularizada (BRASIL, 2019).

Os resultados revelaram uma preocupante prevalência de dor lombar entre os entrevistados, similar àquela observada em outros profissionais de saúde, que atuam em nível hospitalar (CARGNIN *et al.*, 2019; SANJOY *et al.*, 2017; SANTOS *et al.*, 2017). Tal resultado destaca a magnitude do problema e o potencial impacto negativo sobre a saúde desses trabalhadores. Na abordagem segundo sexo, idade e tempo de atuação foram registradas percepções mais negativas em relação à dor lombar especialmente entre as mulheres e entre os profissionais mais novos e com menor tempo de atuação.

As mulheres referiram um grau significativamente maior de dor nas costas e dor nos glúteos ou pernas em comparação com os homens, sugerindo que o sexo pode influenciar a percepção da dor. Isso pode estar relacionado a fatores biológicos, como diferenças hormonais e anatômicas, bem como a fatores psicossociais que afetam a maneira como homens e mulheres vivenciam e relatam a dor. A média mais alta de dor nas costas e nos glúteos ou pernas entre as mulheres pode ser um indicativo de que elas enfrentam uma carga maior de sofrimento, o que é consistente com a literatura que sugere que as mulheres tendem a relatar níveis mais elevados de dor (NASCIMENTO; KOSMINSKY; CHI, 2020; IGUTI; BASTOS; BARROS, 2015).

No que se refere ao grau de dormência, não foram observadas diferenças significativas entre os sexos, sugerindo que a percepção da dormência pode ser menos influenciada pelo sexo em comparação com a dor. Este achado está em concordância com outro estudo, realizado com voluntários, indicando que a dormência tende a ser percebida de forma mais uniforme entre homens e mulheres, sendo mais influenciada pela faixa etária (HASHIZUME *et al.*, 2015).

Os domínios que revelaram piores escores foram os de saúde mental e vida social. Esse resultado está em consonância com um estudo japonês realizado com mais de dez mil pacientes (OHTORI *et al.*, 2010). Na escala utilizada, o domínio de vida social avalia o impacto da saúde lombar relacionado a atividades sociais, enquanto o de saúde mental avalia os aspectos psicológicos e emocionais associados a essa dor. Para ambos os aspectos forma registrados os piores escores, principalmente nos primeiros dois anos de atuação como ACE e no sexo feminino. São achados relevantes e críticos nas condições de trabalho desses profissionais. Nesse sentido, o acompanhamento das condições de vida, saúde mental e trabalho podem possibilitar a incorporação de outras dimensões aos cuidados de saúde desses trabalhadores, ampliando as relações de saúde e trabalho, a partir do reconhecimento das realidades que os envolvem no dia a dia (MOLINA *et al.*, 2017).

Esses resultados se assemelham a outros estudos, que também apontaram diferenças estatisticamente significantes para a dimensão saúde mental (HASHIZUME *et al.*, 2015; OHTORI *et al.*, 2010). Um estudo indiano avaliou de forma específica a associação entre dor lombar crônica e problemas mentais diversos, concluindo que pacientes com dor lombar têm comorbidades psicológicas associadas, de extensão variável. Os autores destacam, em função dos resultados, que é recomendável uma abordagem centrada no paciente para todas as pessoas com queixa de dor lombar crônica (SINGHAL *et al.*, 2021).

É necessário ressaltar ainda a necessidade de considerar as diferenças entre homes e mulheres nas avaliações de dor e dormência, com implicações para o tratamento e a gestão da dor. Achados clínicos e epidemiológicos claramente mostram que as mulheres têm risco aumentado de dor crônica, ocorrendo por múltiplos mecanismos biopsicossociais, que contribuem para essa diferença da percepção da dor entre os sexos. Estratégias de intervenção precisam ser adaptadas considerando esses resultados para melhor atender às necessidades dos pacientes, especialmente considerando que a percepção e a experiência da dor são complexas e multifatoriais (MOLINA *et al.*, 2017). Considerando as atividades desenvolvidas pelos ACE, que muitas vezes envolvem esforços físicos importantes, como carregar materiais pesados, subir e descer escadas, andar longas distâncias (BRASIL, 2019), é razoável avaliar os resultados aqui observados na distribuição de tarefas entre homens e mulheres que desempenham a mesma função.

Na avaliação da escala analógica, os resultados indicam que a intensidade média de dor e dormência quando comparadas por faixa etária e tempo de atuação, não demonstram diferenças estatisticamente significantes. As médias e desvios-padrão foram consistentes em todas as análises, o que sugere uma distribuição homogênea dos sintomas mais intensos da dor e desconforto entre os ACE, independentemente da idade ou do tempo de experiência profissional.

A ausência de diferenças significativas em domínios como dor lombar e função lombar pode indicar a necessidade de mais pesquisas para melhor entendimento da relação entre idade e esses aspectos, que também são influenciados por variáveis como hábitos de vida, uso de um ou mais fármacos e uma autopercepção de saúde regular ou ruim (CAPUTO *et al.*, 2022). Esses aspectos não foram avaliados no presente estudo. Neste estudo, a idade, de forma isolada não se mostrou como determinante da severidade da dor para o grupo avaliado. Todavia, outros estudos associam o envelhecimento ao aumento da dor lombar (IGUTI; BASTOS; BARROS, 2015; CAPUTO *et al.*, 2022).

O fato de mais da metade do grupo ter acima de 40 anos e atuar há mais de dois anos na função de ACE deve ser considerado na interpretação dos resultados encontrados. É importante ressaltar que esses profissionais foram moldados por condições desfavoráveis de trabalho bem como por uma formação muitas vezes empírica, sem qualificação profissional de base (EVANGELISTA *et al.*, 2019). Nessas condições, assumir posturas incorretas, realizar movimentos repetitivos sem pausas regulares podem ocorrer e são condições que favorecem o desenvolvimento da dor crônica entre esses profissionais. Em um grande estudo desenvolvido na Alemanha, os autores ressaltaram, entre outros aspectos, algumas características sociodemográficas que estão associadas à lombalgia, destacando o papel de ocupações que exigem apenas um nível educacional intermediário ou baixo. Para os autores, esses grupos devem ser focados para aumentar potencialmente a vida profissional saudável e prevenir a incapacidade para o trabalho (BELLER *et al.*, 2024).

Em relação ao tempo de atuação como ACE evidenciou-se um impacto negativo para aqueles com menos de dois anos de atividade principalmente nos domínios de dor lombar, vida social e saúde mental. Embora não tenham sido identificados estudos com esse mesmo grupo, uma pesquisa que avaliou os Agentes Comunitários de Saúde, também membros da equipe da Atenção Primária em Saúde, concluiu que os maiores estressores no ambiente de trabalho incluem sobrecarga física, cognitiva e psíquica, o que evidencia a necessidade de que ações voltadas à saúde desses trabalhadores não desconsiderem aspectos sociais e psíquicos (LOPES *et al.*, 2018).

A inexistência de diferenças significativas para alguns dos domínios avaliados não minimiza a importância das intervenções ergonômicas para os ACE. Pelo contrário, ressalta a necessidade de uma abordagem abrangente que beneficie todos os trabalhadores, independentemente da idade ou do tempo de atuação. A falta de atividades físicas regulares e supervisionadas foi um fator associado a maior prevalência de dor lombar em estudo realizado em São Paulo (IGUTI; BASTOS; BARROS, 2015), justificando ações intervencionistas para essa parcela da população.

Recomenda-se o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam o ensino de técnicas de prevenção de lesões musculoesqueléticas e a implementação de pausas regulares durante a jornada de trabalho. Para outros profissionais de saúde já foi registrada associação entre as jornadas de trabalho e surgimento de dor, sendo a lombalgia, a mais comum (MATOS; SILVA; SILVEIRA, 2020). Assim, para esses profissionais é importante identificar situações laborais que possam desencadear as dores e providenciar medidas resolutivas para esse problema (JESUS *et al.*, 2024).

A escala JOABPEQ, aqui utilizada, embora não seja recente e já tenha sido validada no Brasil, ainda é pouco empregada principalmente no campo das populações específicas, como os profissionais de saúde, incluindo os ACE. Todavia, é um instrumento com adequada adaptação para a língua portuguesa, apresentando bons atributos psicométricos (ALMEIDA; FERNANDES, 2022). Os domínios empregados pela escala destacam que a dor lombar é um problema de saúde relevante, que alcança diferentes dimensões da vida em sociedade, além da própria relação com o trabalho.

É importante considerar os resultados alcançados à luz de algumas limitações, como o tamanho da amostra, que pode não ter sido suficiente para detectar pequenas diferenças estatísticas. Além disso, a coleta de dados por questionários auto aplicados pode estar sujeito a interpretação equivocada e percepção subjetiva dos participantes. Para maior precisão e confiabilidade, recomenda-se que estudos futuros incluam amostras maiores e adotem metodologias objetivas, como exames clínicos e testes físicos. Avaliações longitudinais também são recomendadas para monitorar a progressão dos sintomas e a eficácia das intervenções ao longo do tempo. Apesar dessas limitações, o estudo revelou uma situação crítica para parcela importante de trabalhadores essenciais na promoção e prevenção de doenças, e esse aspecto não pode ser negligenciado em cuidados de saúde e bem-estar.

5 CONCLUSÃO

A dor lombar representa uma queixa importante para os ACE, acometendo uma importante parcela desses trabalhadores. Os piores impactos foram entre as mulheres, entre os profissionais abaixo de 40 anos e entre aqueles com até dois anos de atuação. Os resultados destacam a necessidade de abordagem específica para esse grupo e traduz uma possível dificuldade de adaptação às atividades que devem ser cuidadosamente avaliadas pelos gestores de saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. G. S. T. G.; FERNANDES, R. C. P. Doenças osteomusculares são a principal causa de absenteísmo-doença entre trabalhadores da indústria de petróleo no Brasil: resultados de um estudo de coorte. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 47:e9, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369/06220pt2020v47e9>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BELLER, J.; SPERLICH, S.; EPPING, J.; SAFIEDDINE, B.; HEGEWALD, J.; TETZLAFF, J. Sociodemographic differences in low back pain: which subgroups of workers are most vulnerable? *BMC Musculoskeletal Disorders*, v. 25, n. 1, p. 852, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12891-024-07970-5>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018. Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias. *Diário Oficial da União*, Seção 1, 18 abr. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias. Volume 1: Arboviroses Transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

CÂNDIDO, A. S.; FERREIRA, R. J. Riscos à saúde e à segurança no trabalho do agente de combate às endemias do município de Campos Sales, Ceará, Brasil. *Ensaios Ciência*, v. 21, n. 1, p. 52-57, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2017v21n1p52-57>. Acesso em: 18 dez. 2024.

CAPUTO, E. L.; SOUZA, D. F. S.; HÄFELE, V.; SIQUEIRA, F. C. V. Back pain prevalence and associated factors in Brazilian Unified Health System users. *BrJP*, v.5, n. 2, p.137-142, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2595-0118.20220022>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CARGNIN, Z. A.; SCHNEIDER, D. G.; VARGAS, M. A. O.; SCHNEIDER, I. J. C. Atividades de trabalho e lombalgia crônica inespecífica em trabalhadores de enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 32, n. 6, p. 707-713, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201900097>. Acesso em: 20 dez. 2024.

CHOWDHURY, M. O. S. A.; HUDA, N.; ALAM, M. M.; HOSSAIN, S. I.; HOSSAIN, S.; ISLAM, S.; KHATUN, M. R. Work-related risk factors and the prevalence of low back pain among low-income industrial workers in Bangladesh: results from a cross-sectional study. *Bulletin of the Faculty of Physical Therapy*, v. 28, n. 1, p. 20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s43161-023-00132-z>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DONATELI, C. P.; EINLOFT, A. B. N.; COUTINHO JUNIOR, A. L.; COTTA, R. M. M.; COSTA, G. D. Endemic Disease Control Agents' perception on the fight against *Aedes aegypti* and the prevention of arbovirus infections in Brazil. *PLOS Neglected Tropical Diseases*, v. 3, n. 10:e0007741, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0007741>. Acesso em: 20 dez. 2024.

EVANGELISTA, J. G.; FLISCH, T. M. P.; PIMENTA, D. N. A formação dos agentes de combate às endemias no contexto da dengue: análise documental das políticas de saúde. *RECIIS*, v. 11, n.1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29397/reciis.v11i1.1219>. Acesso em: 20 dez. 2024.

EVANGELISTA, J. G.; FLISCH, T. M. P.; VALENTE, P. A.; PIMENTA, D. N. Agentes de Combate às Endemias: construção de identidades profissionais no controle da dengue. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 17, n. 1:e0017303, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00173>. Acesso em: 20 dez. 2024.

GUIDA, H. F. S.; SOUZA, K. R.; SANTOS, M. B. M.; SILVA, S. M. C. L.; SILVA, V. P. As relações entre saúde e trabalho dos agentes de combate às endemias da Funasa: a perspectiva dos trabalhadores. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 4, p.858-870, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000400006>. Acesso em: 18 dez. 2024.

HASHIZUME, H.; KONNO, S.; TAKESHITA, K.; FUKUI, M.; TAKAHASHI, K.; CHIBA, K.; et al. Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire (JOABPEQ) as an outcome measure for patients with low back pain: reference values in healthy volunteers. *Journal of Orthopaedic Science*, v. 20, n. 2, p.264-280, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00776-014-0693-1>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IGUTI, A. M.; BASTOS, T. F.; BARROS, M. B. A. Dor nas costas em população adulta: estudo de base populacional em Campinas, São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, n. 12, p.2546-2558, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00178114>. Acesso em: 20 dez. 2024.

JESUS, S. A.; NASCIMENTO, F. P. B.; TRACERA, G. M. P.; SOUSA, K. H. J. F.; SANTOS, K. M.; SANTOS, R. S.; et al. Musculoskeletal pain among nursing professionals in material and sterilization centers. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 57:e20230019, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0019en>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LOPES, D. M. Q.; LUNARDI FILHO, W. D.; BECK, C. L. C.; COELHO, A. P. F. Cargas de trabalho do agente comunitário de saúde: pesquisa e assistência na perspectiva convergente-assistencial. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 27, n. 4:e3850017, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003850017>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MATOS, G. C. R.; SILVA, J. M.; SILVEIRA, A. M. Trabalho e saúde: a perspectiva dos agentes de combate a endemias do município de Belo Horizonte, MG. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, v. 45:e15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000031117>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MOLINA, M. R. A. L.; JANSEN, K.; PINHEIRO, R. T.; SILVA, R. A.; PASSOS, M. B.; SOUZA, L. D. M. Depressive symptoms and relationship between genders: differences in young adults in a randomized clinical trial. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 27, n. 67, p. 3-9, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-43272767201701>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NASCIMENTO, M. G.; KOSMINSKY, M.; CHI, M. Gender role in pain perception and expression: an integrative review. *BrJP*, v. 3, n. 1, p. 58-62, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/2595-0118.20200013>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OHTORI, S.; ITO, T.; YAMASHITA, M.; MURATA, Y.; MORINAGA, T.; HIRAYAMA, J.; et al. Evaluation of low back pain using the Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire for lumbar spinal disease in a multicenter study: differences in scores based on age, sex, and type of disease. *Journal of Orthopaedic Science*, v. 15, n. 1, p. 86-91, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00776-009-1426-8>. Acesso em: 20 dez. 2024.

POLETTO, P. R.; GOBBO, D. K. P.; GOTFRYD, A. O.; CATANIA, S. N.; SOUSA, D. C.; PEREIRA, S. B. S. Cultural adaptation, reliability and validity of Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire to Brazilian Portuguese. *Einstein (São Paulo)*, v. 15, n. 3, p. 313-321, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082017AO3890>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANJOY, S.; AHSAN, G.; NABI, H.; JOY, Z.; HOSSAIN, A. Occupational factors and low back pain: a cross-sectional study of Bangladeshi female nurses. *BMC Research Notes*, v. 10, n. 1, p. 173, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13104-017-2492-1>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SANTOS, E. C.; ANDRADE, R. D.; LOPES, S. G. R.; VALGAS, C. Prevalence of musculoskeletal pain in nursing professionals working in orthopedic setting. *Revista Dor*, v. 18, n. 4, p. 298-306, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20170119>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SINGHAL, K.; MULIYALA, K. P.; PAKHARE, A. P.; BEHERA, P.; SANTOSHI, J. A. Do patients of chronic low back pain have psychological comorbidities? *Avicenna Journal of Medicine*, v. 11, n. 3, p. 145-151, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0041-1734385>. Acesso em: 20 dez. 2024.

TOMINAGA, R.; SEKIGUCHI, M.; YONEMOTO, K.; KAKUMA, T.; KONNO, S. I. Establishment of reference scores and interquartile ranges for the Japanese Orthopaedic Association Back Pain Evaluation Questionnaire (JOABPEQ) in patients with low back pain. *Journal of Orthopaedic Science*, v. 23, n. 4, p. 643-648, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jos.2018.03.010>. Acesso em: 20 dez. 2024.